

FEMINISMOS E LUTAS POR DIREITOS: contribuições nas políticas públicas para as mulheres no Brasil.

Miriam de Oliveira Inácio
*Professora do Curso de Graduação em Serviço Social
da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
miriam.inacio@ufrn.br*

*Simpósio Temático nº 35 – RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO
DE GÊNERO, FEMINISMOS, RAÇA/ETNIA, SEXUALIDADES.*

RESUMO

Analisa a potencialidade das lutas feministas por direitos, sua relação com o projeto de emancipação humana e o posicionamento dos movimentos feministas quanto às políticas públicas para as mulheres no Brasil. A partir de uma abordagem histórico-crítica, os procedimentos metodológicos adotados envolveram uma pesquisa bibliográfica e documental acerca do caráter emancipatório dos movimentos e organizações feministas, considerando a agenda teórico-política das principais articulações dos movimentos feministas existentes no Brasil no período entre 2013 e 2020. O trabalho fundamenta-se numa literatura feminista e sobre a sociedade capitalista de cunho crítica e no campo de tradição marxista. O estudo apreendeu uma pluralidade de perspectivas teórico-políticas, abordagens sobre o lugar dos direitos para a garantia da plena emancipação das mulheres e reivindicações presentes nas lutas feministas por políticas públicas para as mulheres. Os diversos ideários teórico-políticos das articulações feministas analisadas implicam nos seus posicionamentos e lutas por direitos e políticas públicas para as mulheres. A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) consideram-se como movimentos feministas anticapitalistas, antipatriarcais e antirracistas, comprometidos com o enfrentamento às discriminações sofridas pelas mulheres em relação à sexualidade. O Movimento Mulheres em Luta (MML) e o Movimento Pão e Rosas do Brasil definem-se como movimentos feministas classistas e socialistas de defesa das mulheres trabalhadoras e de enfrentamento radical ao capitalismo, machismo, patriarcado, racismo e LGBTfobia.

Palavras-chave: Feminismos, Emancipação das Mulheres, Direitos, Políticas Públicas.

ABSTRACT

It analyzes the potential of feminist struggles for rights, their relationship with the project of human emancipation and the position of feminist movements regarding public policies for women in Brazil. From a historical-critical approach, the methodological procedures adopted involved a bibliographical and documentar character of feminist movements and organizations, considering the theoretical-political agenda of the main articulations of feminist movements existing in Brazil in the period between 2013 and 2020. The work is based on a feminist literature and on capitalist society of a critical nature and in the field of marxist tradition. The study captured a plurality of theoretical and political perspectives, approaches to the place of rights to guarantee the full emancipation of women and claims presente in feminist struggles for public policies for women. The different theoretical-political ideas of the analyzed feminist articulations imply in their positions and struggles for rights and public policies for women.

The Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) and the Marcha Mundial das Mulheres (MMM) consider themselves as anti-capitalist, anti-patriarchal and anti-racist feminist movements, committed to confronting the discrimination suffered by women in relation to sexuality. The Movimento Mulheres em Luta (MML) and the Movimento Pão e Rosas do Brasil define themselves as classist and socialista feminist movements in defense of working women and a radical fight against capitalism, patriarchy, racismo and LGBTphobia.

Keywords: Feminisms, Emancipation of Women, Rights, Public Policies.

INTRODUÇÃO

O estudo analisa a potencialidade das lutas feministas por direitos, sua relação com o projeto de emancipação humana e o posicionamento dos movimentos feministas quanto às políticas públicas para as mulheres no Brasil, no período entre 2013 e 2020. As particularidades dos movimentos feministas e das políticas públicas para as mulheres no país são compreendidas no contexto da realidade brasileira, situada em um momento histórico mundial de crise do capital, marcado por fortes desigualdades sociais e contradições de classe social, as quais acentuam as formas de exploração e opressão das mulheres.

Nestas duas primeiras décadas do século XXI, o quadro mundial de crise do capital e a ofensiva capitalista ultraneoliberal trouxeram como consequências para o Brasil, a precarização do trabalho e a privatização e focalização das políticas sociais, provocando uma crescente desigualdade social e pauperização das classes trabalhadoras, particularmente das mulheres trabalhadoras.

A precarização das condições de vida e trabalho das mulheres, as múltiplas jornadas de trabalho, as diversas formas de violências contra as mulheres e, de outro lado, as fortes reações conservadoras de negação da liberdade, da autonomia e dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres demonstram a vitalidade da cultura patriarcal.

Tal cenário denota a atualidade do feminismo e demanda o fortalecimento das lutas feministas no horizonte da plena liberdade e emancipação das mulheres. Considerando que o feminismo, pensado como prática política e campo do saber, surge historicamente como um movimento voltado para a conquista da emancipação das mulheres, torna-se ser fundamental articular a luta por direitos para as mulheres ao projeto de emancipação humana da classe trabalhadora.

A emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana é pensada a partir da análise crítica, histórica e de totalidade social marxiana, que situou a problemática das

mulheres no interior das relações sociais capitalistas e a necessidade de superação do capitalismo e de suas classes sociais antagônicas, enquanto condição central para a emancipação humana e emancipação das mulheres, em particular (INÁCIO, 2019).

No Brasil, há uma diversidade de articulações e redes feministas “anticapitalistas” que se encontram reunidas em torno do ideário “anticapitalista” e contra o neoliberalismo e que disputam a hegemonia teórico-política no âmbito do feminismo. Sendo assim, esta pesquisa envolve algumas das principais articulações feministas brasileiras, quais sejam: a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), o Movimento Mulheres em Luta (MML) e o Grupo de Mulheres Pão e Rosas do Brasil.

A pesquisa realizada buscou problematizar a respeito da potencialidade das lutas feministas por direitos para a emancipação das mulheres no Brasil, no sentido de identificar o lugar e a importância das lutas pelos direitos das mulheres nesta sociedade capitalista-patriarcal-racista-lesbofóbica-transfóbica.

O Objetivo Geral da pesquisa é “analisar a potencialidade das lutas feministas por direitos para a emancipação das mulheres no Brasil”. Nesse sentido, os Objetivos Específicos do estudo buscaram “apreender o ideário teórico-político dos principais movimentos e organizações feministas existentes”; “Identificar as lutas e reivindicações feministas” e “conhecer as análises dos movimentos e organizações feministas sobre a construção e/ou controle social das políticas públicas para as mulheres”.

Com base numa análise histórico-crítica fundada no método de Marx, a pesquisa pretendeu identificar os limites e as possibilidades das lutas feministas por direitos para a emancipação das mulheres, bem como as contradições que perpassam a implementação das políticas públicas para as mulheres no atual contexto de uma sociedade patriarcal, racista, lesbofóbica, transfóbica e capitalista de hegemonia neoliberal em face da crise do capital. Nesta análise, foram observadas as reivindicações, conquistas e os limites das lutas feministas para a emancipação das mulheres e a construção de políticas públicas para as mulheres no país.

Os procedimentos metodológicos utilizados incluíram a investigação do tipo qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental. Dessa forma, foram realizadas análises de documentos e bibliografias (cartilhas, panfletos informativos, livros e artigos) elaborados pelos movimentos feministas entre 2013 e 2020, tendo como fontes de pesquisa blogs, sites e páginas eletrônicas das redes sociais dos movimentos pesquisados, tais como: o site “ambfeminista.org.br” (AMB), o site “marchamundialdasmulheres.org.br” (MMM), o blog

“mulheresemluta.blogspot.com (MML), o blog “nucleopaoerosas.blogspot.com” (Pão e Rosas do Brasil) e o site “esquerdadiario.com.br” (Pão e Rosas do Brasil).

Neste artigo, os principais resultados da pesquisa serão apresentados em 3 tópicos, a saber: o ideário teórico-político das articulações feministas; as lutas e reivindicações feministas; análises das articulações feministas sobre as políticas públicas para as mulheres no Brasil.

DESENVOLVIMENTO

O ideário teórico-político das articulações feministas

Considerando a sociedade capitalista-patriarcal-racista-lesbofóbica-transfóbica, todas as articulações feministas analisadas estão situadas no campo do feminismo popular e vinculado aos interesses das classes trabalhadoras. Entretanto, apresentam ideários teórico-políticos diferenciados: se de um lado, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) definem-se como movimentos feministas anticapitalistas, antipatriarcais e antirracistas, comprometidos com o enfrentamento à LGBTfobia; de outro lado, o Movimento Mulheres em Luta (MML) e o Movimento Pão e Rosas do Brasil apresentam-se como movimentos feministas classistas e socialistas de defesa das mulheres trabalhadoras e de enfrentamento ao capitalismo, ao machismo, ao patriarcado, ao racismo e à LGBTfobia.

A AMB afirma que luta por uma democracia radical e define-se como um feminismo popular e antissistêmico. Assume a luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista, comprometida com o enfrentamento da lesbofobia e do cisheterossexismo: “Gerações diversas de feministas, negras, indígenas e brancas, lésbicas, bi e heteros, das cidades, dos campos, das florestas e das águas encontram seu lugar. E a AMB é antissistema por premissa” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS; SCHUMAHER, 2019, p. 9).

A MMM apresenta-se como um movimento de base, popular, do campo e da cidade e “como um movimento feminista anticapitalista e antirracista, enfrentando o conjunto das formas de opressão e discriminação que vivem as mulheres em relação à sexualidade e à idade,” (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2019, p.2).

O MML define-se como um movimento feminista classista e socialista, capaz de unificar a luta da classe trabalhadora de superação do capitalismo ao combate ao machismo, ao racismo, à LGBTfobia e à xenofobia: “O reconhecimento da nossa condição só reafirma a necessidade de combater o machismo, o racismo, a LGBTfobia e a xenofobia para unificar o conjunto dos trabalhadores e, dessa maneira, derrotar o nosso inimigo em comum que é o

sistema capitalista” (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, 29.11.2019). O MML destaca a necessidade de articulação da luta classista com o enfrentamento ao machismo e ao racismo:

A luta classista deve necessariamente ter um recorte de gênero e raça, pois se é verdade que o machismo é um inimigo mortal das mulheres trabalhadoras, também é verdade que no caso específico das mulheres negras, o machismo aliado ao racismo age violentamente, faz com que suas identidades sejam negadas, furtadas e violadas pelo sistema (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, 25.07.2016).

O Movimento Pão e Rosas do Brasil defende um feminismo socialista, de luta contra a exploração capitalista articulada ao enfrentamento ao patriarcado, à homofobia e ao racismo:

Sozinhas, é muito difícil lutar contra a violência, o patriarcado, a homofobia, o racismo, contra toda a miséria que nos é relegada e principalmente contra a exploração e portanto, contra o capitalismo. É por isso, que te chamamos para nos organizar e juntas lutar pelos direitos das mulheres e da classe trabalhadora, pela emancipação das mulheres, contra esse sistema que nos explora e nos oprime (NÚCLEO PÃO E ROSAS).

Conforme visto, todas as articulações feministas analisadas assumem uma luta de perspectiva “anticapitalista”, antipatriarcal, antirracista e de combate à LGBTfobia, demonstrando a necessidade da unidade entre estas lutas. Um aspecto a ser aprofundado remete ao caráter do termo “anticapitalista”, pois conforme Wood (2003), os movimentos “anticapitalistas” podem assumir uma perspectiva socialista ou voltada para a humanização do capitalismo.

As lutas e reivindicações feministas

Sobre o lugar e a importância das lutas pelos direitos das mulheres nesta sociedade capitalista-patriarcal-racista-lesbofóbica-transfóbica, os resultados da pesquisa indicaram que no período pesquisado, entre 2013 e 2020, todas as articulações feministas realizaram lutas e reivindicações junto ao governo federal por mais direitos para as mulheres.

A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), que foi organizada em 1994 para participação das mulheres brasileiras na Conferência de Beijing (1995), tem uma história de lutas por direitos para as mulheres no Brasil. Em nível internacional, integra a Articulação Feminista Marcosul (AFM) e o Comitê de Mulheres da Aliança Social Continental (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS).

Algumas de suas reivindicações podem ser sintetizadas nas seguintes bandeiras de luta: pelo fim da violência contra as mulheres, contra o racismo e as violações de direitos das mulheres indígenas, pela reforma do sistema político, em defesa da seguridade social e contra a reforma da previdência, contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto, por justiça socioambiental e econômica e lutas no plano internacional e alternativas à globalização (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS; SCHUMAHER, 2019).

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM), criada a partir da sua 1ª Ação Internacional “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista” no ano 2000, apresentou reivindicações pela valorização do salário-mínimo, direito do aborto, luta por soberania alimentar e democracia; assim como as lutas contra a pobreza, a opressão do capitalismo patriarcal, a violência contra a mulher, a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, o agronegócio e o neoliberalismo.

A 4ª Ação Internacional da MMM no Brasil foi realizada de forma descentralizada nos estados e regiões do país em 2015, no sentido de contribuir nas mobilizações por reivindicações locais e nos territórios das mulheres. Os eixos das reivindicações foram trabalho, corpo e territórios das mulheres, com foco nas pautas urgentes de cada realidade:

o combate à violência em Pernambuco, Paraíba, Ceará e Alagoas, a luta pela desmilitarização no Rio de Janeiro, o fortalecimento da auto organização no Tocantins, a defesa da água e dos bens comuns, contra a exploração das mineradoras em Minas Gerais, a luta contra o agronegócio e o genocídio indígena no Mato Grosso do Sul, pela autonomia econômica em São Paulo, pela legalização do aborto no Rio Grande do Sul e pela agroecologia e cultura feminista no Rio Grande do Norte (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2019, p.23).

O Movimento de Mulheres em Luta (MML) foi lançado em abril de 2008 no I Encontro Nacional de Mulheres da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), que passou a ser constituída na organização da Central Sindical e Popular (CSP) / Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), em 2010. O MML prioriza a luta de defesa das mulheres trabalhadoras, com reivindicações pelos direitos das mulheres e contra a violência obstétrica, as violências voltadas às mulheres e às mulheres indígenas e pelo direito ao aborto, somando-se no combate ao machismo, ao racismo, à LGBTfobia e à xenofobia (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA).

No Brasil, o *Pão e Rosas* surgiu em março de 2009 e também participa do CSP-CONLUTAS. Integra o movimento latino-americano *Pan y Rosas*, o qual possui agrupações no

Chile, Argentina, Bolívia, México e no Estado Espanhol. Este movimento foi impulsionado pela Liga Estratégica Revolucionária – Quarta Internacional e Independentes (LER-QI). O nome *Pan y Rosas* é uma homenagem as operárias norte americanas de uma fábrica têxtil em Massachusetts, que no começo do século XX realizaram uma greve na luta pelos seus direitos e levantaram a bandeira “*O direito ao pão, mas também as rosas*”. O pão representa comida e todas as condições necessárias para viver, e as rosas, o direito à cultura, à arte, ao lazer e a possibilidade de se desenvolver plenamente enquanto mulheres (NÚCLEO PÃO E ROSAS).

O Movimento Pão e Rosas do Brasil apresenta como pauta principal a luta contra o capitalismo e o patriarcado, apoiando também o enfrentamento à lesbofobia/homofobia/transfobia e ao racismo. As militantes do Pão e Rosas do Brasil afirmaram que já estiveram nas ruas, universidades, locais de trabalho, atos, manifestações e greves travando uma batalha para que suas vozes sejam ouvidas (PÃO E ROSAS).

Para refletir criticamente sobre o lugar e a importância das lutas pelos direitos das mulheres, é importante destacar que todas as tendências feministas articulam as lutas feministas a um projeto societário “anticapitalista”, seja de oposição ou de superação radical da atual sociedade capitalista-patriarcal-racista-lesbofóbica-transfóbica.

Análises das articulações feministas sobre as políticas públicas para as mulheres no Brasil

Os resultados da pesquisa demonstraram algumas contribuições dos movimentos feministas para a construção e/ou controle social das políticas públicas para as mulheres em nível nacional, bem como suas análises sobre as políticas públicas implementadas nos governos Dilma Rousseff (01.01.2011 a 31.06.2016), Michel Temer (31.06.2016 a 31.12.2018) e Jair Bolsonaro (01.01.2019-).

Todas as articulações feministas reivindicam mais direitos para as mulheres, como melhores condições de trabalho, direito à educação, ao aborto legal e seguro, ao fim da violência doméstica e do feminicídio, o enfrentamento ao racismo, à lesbofobia e à transfobia, entre outras demandas de interesse das mulheres.

Em relação a participação no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), somente a AMB possuiu representação neste Conselho, mas renunciou ao cargo após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Em geral, os movimentos teceram críticas sobre a baixa qualidade e insuficiência das políticas públicas para as mulheres adotadas por todos os governos federais no período pesquisado, entre 2013 e 2020, com destaque para a forte oposição ao governo do presidente Jair Bolsonaro, por ser considerado um governo misógino e de ataque aos movimentos

feministas e às reivindicações das mulheres.

Sobre o governo da presidenta Dilma Rousseff (01.01.2011 a 31.06.2016), os movimentos feministas reconheceram que este foi o governo que mais criou políticas públicas as mulheres, mas também criticaram os cortes orçamentários em algumas políticas nas áreas de educação, creches e combate à violência contra a mulher, afirmando que esperavam a garantia de mais direitos em um governo visto como de esquerda e chefiado por uma mulher. A MMM reconheceu que durante o governo da presidenta Dilma Rousseff ocorreu uma política de valorização do salário-mínimo que contribuiu para o enfrentamento da pobreza e melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, mas destacou que o aumento salarial implementado esteve abaixo da sua proposta. Uma iniciativa importante de construção de política pública para o enfrentamento à violência contra as mulheres neste período foi a criação do programa “Mulher, Viver sem Violência” (2013), que idealizou as Casas da Mulher Brasileira. Porém, os movimentos feministas denunciaram a sua não efetivação, em decorrência das medidas de ajuste fiscal e contingenciamento do orçamento federal. Em 2013, a presidenta Dilma sancionou o Projeto de Lei (PL) 03/2013, que trata do atendimento integral e obrigatório às pessoas em situação de violência sexual.

As críticas dos movimentos feministas ao governo Michel Temer (31.06.2016 a 31.12.2018), instituído por um golpe parlamentar em 2016 contra o mandato da presidenta Dilma Rousseff, foram dirigidas contra as privatizações realizadas, os retrocessos em direitos trabalhistas e sociais, o desmonte das políticas públicas, o desemprego, a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. Além disso, denunciaram que durante esse governo houve um aumento do ódio e de ataques aos mais pobres, às mulheres, à população negra e indígena, aos (às) LGBT's e às organizações de esquerda. O presidente Michel Temer sancionou uma alteração na Lei Maria da Penha, em que caso haja descumprimento das medidas protetivas, a lei prevê pena de detenção de três meses a dois anos em regime fechado e que nos casos de flagrante, a fiança fica condicionada a julgamento.

Devido ao seu caráter misógeno, antifeminista e de negação das conquistas das mulheres, o governo Bolsonaro é considerado inimigo das mulheres. Foi alvo de duras críticas por todos os movimentos feministas pesquisados, ao denunciarem que este governo não criou nenhuma política pública para as mulheres, apenas provocou inúmeros retrocessos. Em 2019, o Ministério da “Mulher, da Família e dos Direitos Humanos” aplicou projetos que pioraram a condição das mulheres trabalhadoras, realizou um verdadeiro desmonte das políticas públicas de apoio às mulheres já existentes, extinguiu a Secretaria das Mulheres da qualidade de Ministério e as Comissões de Combate à Violência de Gênero, Igualdade e Diversidade,

paralisou a construção e a manutenção das “Casas da Mulher Brasileira”. Em 2020, o governo Bolsonaro tentou aprovar no Senado Federal o projeto de lei 5435/2020, uma atualização do Estatuto do Nascituro, que tem como objetivo criminalizar o aborto nos casos previstos pela legislação brasileira desde 1940 (Código Penal).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, as articulações feministas estudadas fizeram críticas a baixa qualidade das políticas públicas e sociais destinadas às mulheres, ao bloqueio orçamentário na área e ao conservadorismo presente em algumas destas políticas implementadas pelos governos Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro, com destaque para a forte crítica ao governo Bolsonaro, visto como um governo antifeminista e contrário as reivindicações das organizações de mulheres pesquisadas.

Os movimentos reivindicam mais ações dos governos no que tange às políticas públicas voltadas a garantia de direitos e emancipação das mulheres, na perspectiva de construção de uma sociedade livre da desigualdade social, do racismo, da lesbofobia, da transfobia e do patriarcado.

Um aspecto a ser problematizada refere-se ao espaço dedicado ao debate sobre identidade de gênero, transfobia e mulheres trans, pois verificou-se uma reflexão incipiente ou superficial desta questão nos materiais de divulgação e discussão das tendências feministas analisadas.

Os resultados apresentados permitem concluir que todas as articulações feministas, a AMB, a MMM, o MML e o Grupo Pão e Rosas do Brasil assumem uma luta de perspectiva “anticapitalista”, antipatriarcal, antirracista e de combate à LGBTfobia, demonstrando a necessidade da unidade entre estas lutas.

Outrossim, problematiza-se a necessidade de qualificação da perspectiva “anticapitalista”, se está inserida em um projeto societário socialista na perspectiva da emancipação humana ou voltado para a humanização do capitalismo, conforme apontou Wood (2003).

A AMB ressalta sua perspectiva antissistêmica; a MMM destaca seu caráter de movimento de base e popular; já o MML define-se como um movimento feminista classista e socialista e o Movimento Pão e Rosas do Brasil defende um feminismo socialista de luta contra a exploração capitalista.

REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. Disponível em: <<http://articulacaodemulheresbrasileiras.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS; SCHUMAHER, Schuma. **AMB 25 anos, transformando o mundo pelo feminismo.** Rio de Janeiro, 2019. 152p. Disponível em: <<http://ambfeminista.org.br>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

INÁCIO, Miriam de Oliveira. O caráter estratégico das lutas por direitos para a emancipação das mulheres: desafios aos movimentos feministas no Brasil. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de. **Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social.** São Paulo: Cortez, 2019.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Feminismo em Movimento:** Caderno de apresentação da Marcha Mundial das Mulheres. São Paulo: SOF, abr. 2019. 28p. Disponível em: <<http://marchamundialdasmulheres.org.br>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MOVIMENTO MULHERES EM LUTA. Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

NÚCLEO PÃO E ROSAS. Disponível em: <<http://nucleopaoerosas.blogspot.com>>. Acesso em: 12 mai. 2011.

PÃO E ROSAS. Disponível em: <<http://esquerdadiario.com.br>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é anticapitalismo? **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n.17, 2003.